



CHAPA 1

SERVIÇO SOCIAL EM LUTA: COMO O CERRADO, RESISTIMOS E FLORESCEMOS.

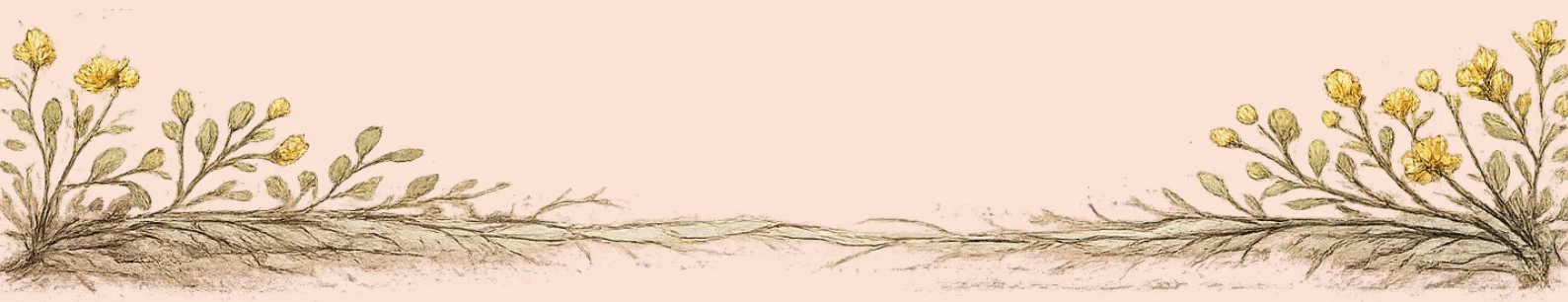
CARTA-PROGRAMA

Caros/ Caras, Assistentes Sociais

Inicia-se, em âmbito nacional, mais um processo eleitoral das entidades representativas da nossa profissão, destinado à eleição das direções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Trata-se de um momento fundamental, que expressa a oportunidade e o desafio de decidir coletivamente a direção estratégica para os próximos três anos da entidade responsável pela orientação, fiscalização e defesa do exercício profissional do/da Assistente Social em âmbito estadual.

A ***Chapa 1: Serviço Social em Luta: como o Cerrado, resistimos e Florescemos*** nasce de um interesse coletivo em contribuir com o fortalecimento do Serviço Social no Estado de Goiás, assumindo a disposição em aceitar o “desafio de decifrar os novos tempos para que deles se possa ser contemporâneo”, conforme nos inspira Iamamoto (2000, p. 49).

Nossas propostas orientam-se pela compreensão de que o Serviço Social brasileiro vem construindo, ao longo dos últimos 60 anos, um Projeto Ético-Político profissional crítico, comprometido com a emancipação humana (Marx, 2010). Esse projeto implica a superação da democracia formal, na



ELEIÇÕES CRESS-GOIÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)

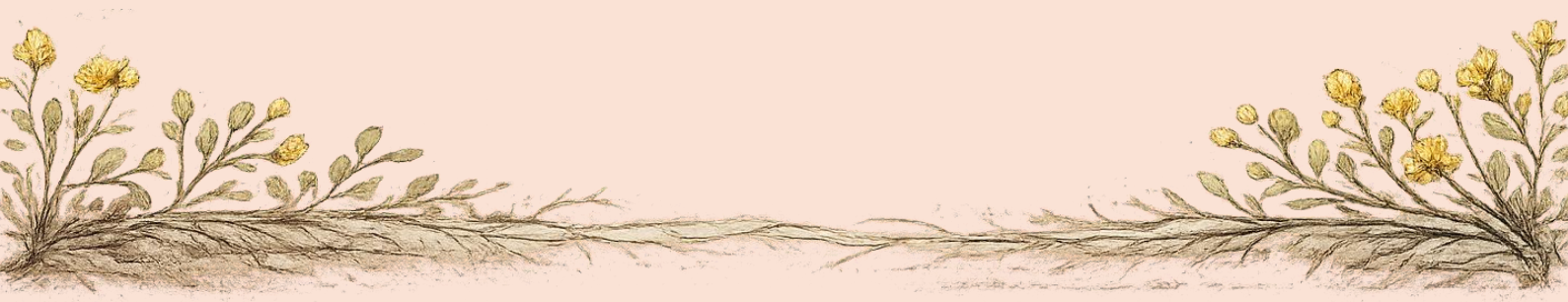


direção de uma democracia real ou radical, a defesa intransigente dos direitos sociais, da liberdade e da classe trabalhadora. No tempo presente, esse projeto encontra-se em disputa permanente, marcado pela crise estrutural do capital, pela ofensiva neoliberal, tensionado pelo avanço do conservadorismo, do autoritarismo e por inflexões teórico-políticas que fragilizam a análise crítica da realidade social.

Frente ao cenário de crise estrutural do capitalismo, associados aos condicionantes internos da realidade de Goiás, reafirmamos que não há neutralidade possível no exercício profissional. Por isso, a presente carta programática foi construída de forma socialmente posicionada e alinhada aos ideais ético-políticos defendidos pela profissão. Organiza-se pelos seguintes eixos: **1. Nosso Ponto de Partida 2. Defesa Profissional 3. Formação Crítica 4. Fiscalização Profissional 5. Gestão do Trabalho 6. Gestão Financeira 7. Participação 8. Luta das Classes Trabalhadoras**

Compomos a **Chapa 1**, unindo luta, resistência e esperança. Nosso coletivo nasce do propósito de fortalecer o Serviço Social em Goiás, assumindo o desafio de decifrar os novos desafios do tempo presente.

O Cerrado, bioma predominante e elemento central da identidade cultural e histórica do estado de Goiás, encontra-se historicamente ameaçado por processos de expropriação territorial, mercantilização da terra e dos bens comuns, impactos ambientais e violações sistemáticas de direitos sociais, culturais e territoriais. Escolhemos o Cerrado como símbolo da Chapa 1 por ser fonte de inspiração de luta e resistência, evidenciando a possibilidade





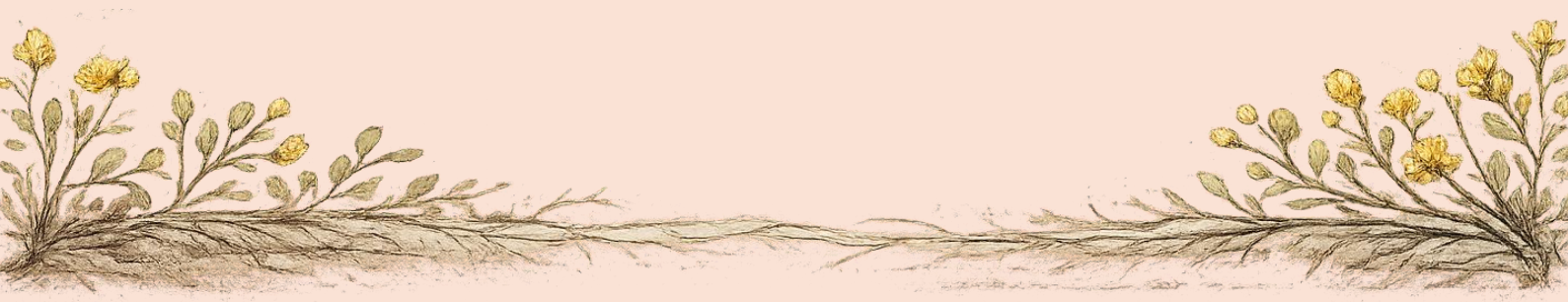
de florescermos, ainda que em condições adversas, a partir da nossa organização coletiva alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social

Esta Carta-Programa orienta-se pelos eixos estratégicos do Conjunto CFESS-CRESS, articulando defesa profissional, formação crítica, fiscalização com direção ética, interiorização, comunicação democrática e compromisso com as lutas da classe trabalhadora.

1. Nosso Ponto de Partida:

A partir do acúmulo teórico, ético e político da profissão a Chapa 1 reconhece a impossibilidade de se pensar o Serviço Social a partir de uma perspectiva exclusivamente endógena, sem a consideração das relações sociais que nos atravessam. Vivenciamos um período de agudização da crise estrutural do capital, cujos efeitos recaem de forma brutal sobre a classe trabalhadora. No Brasil, essa crise assume contornos particulares em razão da condição dependente do capitalismo brasileiro, aprofundando desigualdades regionais, raciais, de gênero e de classe. Entre as suas diversas expressões, destacam-se o desmonte das políticas sociais, as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e a intensificação das expressões políticas, sociais e climático-ambientais da crise.

No Estado de Goiás, historicamente marcado pelo coronelismo e pela concentração de poder político e econômico nas mãos de elites locais, herda-se uma cultura assentada no personalismo, no clientelismo e na patrimonialização estatal, com efeitos perenes sobre a organização das políticas sociais (Palacín; Moraes, 2008). Nesse contexto regional, a crise



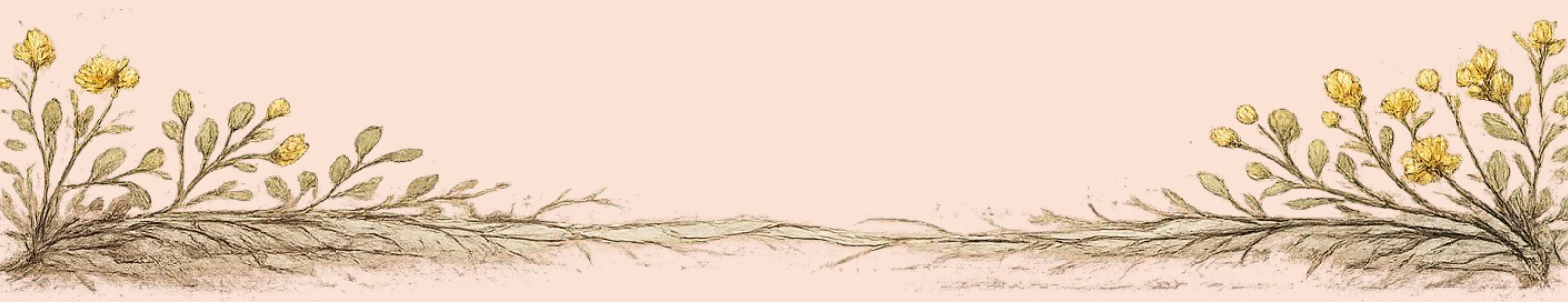
ELEIÇÕES CRESS-GOIÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)



notabiliza-se por processos sistemáticos de desfinanciamento das políticas sociais, mediante o favorecimento do custeamento de programas, projetos e ações via emendas parlamentares, na desresponsabilização do Estado, por meio da transferência de responsabilidades ao terceiro setor, e consequentemente na precarização das condições de trabalho, por meio dos sistemáticos ataques ao concurso público, aos direitos trabalhistas e políticas salariais.

Todo esse processo possui duplo rebatimento no Serviço Social goiano: (a) incide diretamente sobre as condições de vida e trabalho dos/das Assistentes Sociais, o que favorece processos sistemáticos de adoecimento, isolamento e enfraquecimento das bases de sustentação do projeto político-profissional; e (b) afeta as condições de vida da classe trabalhadora usuária dos serviços sociais públicos. O reconhecimento desse conjunto de atravessamentos macrossociais constitui nosso ponto de partida desta Carta-Programa.

Outro elemento fundamental refere-se às potencialidades do território goiano. O Cerrado goiano, embora historicamente ameaçado pela crise climática e por processos de expropriação territorial, mercantilização da terra e violação de direitos, resiste. Nesse contexto, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos), trabalhadoras e trabalhadores do campo estão entre os grupos mais impactados, especialmente pelo agravamento das desigualdades sociais e pelo racismo ambiental. Não obstante, o Cerrado permanece como símbolo de **Luta e Resistência**, evidenciando sempre a possibilidade de **florescermos**, ainda





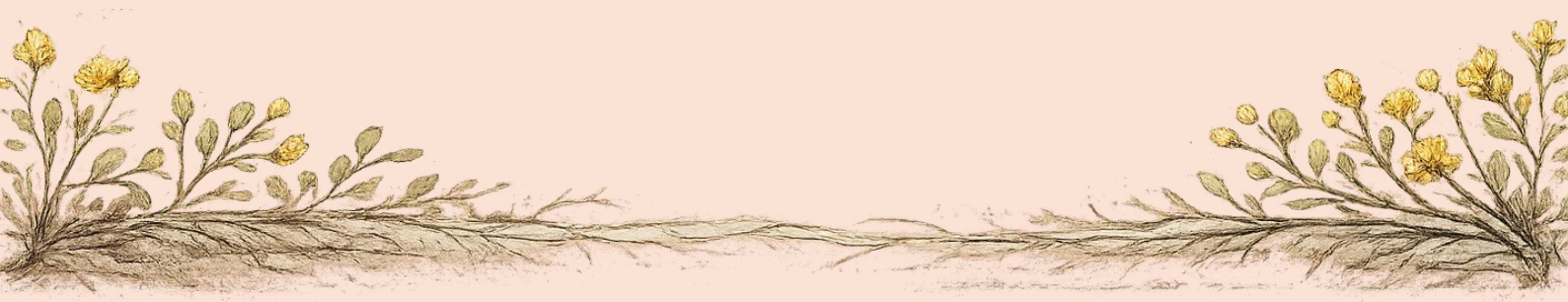
que em condições adversas, a partir da nossa organização coletiva alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social, fortalecendo a legitimidade de mais 40 anos de lutas que o CRESS Goiás vem tecendo ao longo de sua trajetória.

2. Defesa trabalho e exercício profissional:

A defesa da profissão abrange um conjunto de ações e estratégias. Em que pese o caráter abrangente dessa defesa, que será apresentado em forma de propostas e compromissos durante o corpo da presente Carta, a Chapa 1 reconhece a necessidade de melhorias diretamente relacionadas ao exercício profissional do/da assistente social no contexto goiano.

O fortalecimento e a intensificação das lutas pela regulamentação do Piso Salarial e da efetiva implementação da jornada de 30 horas semanais, sem redução salarial para assistentes sociais em Goiás, bem como a defesa do concurso público constituem bandeiras de lutas prioritárias por representarem oportunidades de melhorias nas condições de vida e trabalho da categoria.

Em levantamento realizado pelo Instituto Mauro Borges (IMB), Gomes e Viana (2019) apresentam dados acerca do percentual de assistentes sociais com vínculo trabalhista estável nas unidades da política de Assistência Social em Goiás evidenciou um cenário profundamente preocupante no que se refere às condições de trabalho da categoria. O estudo contemplou 11 unidades analisadas e revelou que, em apenas três delas, mais da metade dos(as) profissionais possuía vínculo estável, seja sob regime



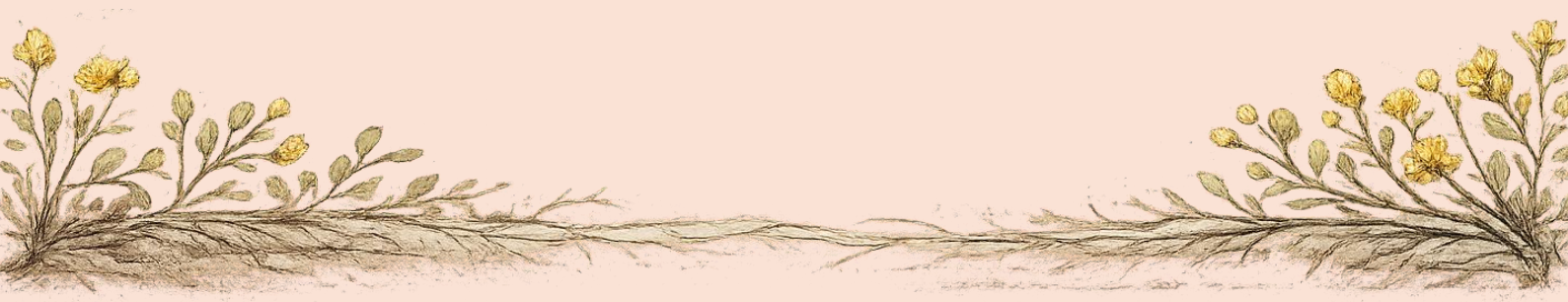
ELEIÇÕES CRESS-GOIÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)



estatutário ou como empregado(a) público(a) celetista. Nas demais unidades, entretanto, a proporção de assistentes sociais com vínculo permanente não ultrapassava 24%, indicando a predominância de formas precárias de contratação. Tal realidade expressa a fragilidade da institucionalização do trabalho profissional no âmbito da política de Assistência Social no estado, com impactos diretos sobre a autonomia profissional, a continuidade das ações socioassistenciais e a efetivação dos direitos socioassistenciais da população usuária. Aqui, conseguimos perceber como avanços de nossas bandeiras podem incidir sobre a qualidade dos serviços sociais ofertados à população.

Na mesma trincheira está a nossa luta pela efetivação da Lei nº 13.935/2019, que inclui assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica, também constituirá prioridade de atuação para nossa Gestão, haja vista que esse compromisso também consta no conjunto das deliberações do 52ª Encontro Nacional CFESS-CRESS (2025). Neste sentido, atuaremos em defesa da inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos nos 70% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), destinados a trabalhadoras/es da educação. Para tanto, buscaremos articulações e mediações junto ao legislativo municipal e estadual, sindicatos, conselhos de educação, entre outras instâncias.

Em defesa da democracia e do fortalecimento da participação da categoria, em nossa gestão também buscaremos garantir espaços coletivos de participação e tomada de decisões da categoria em assembleias, plenárias,



ELEIÇÕES CRESS-GOIÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)



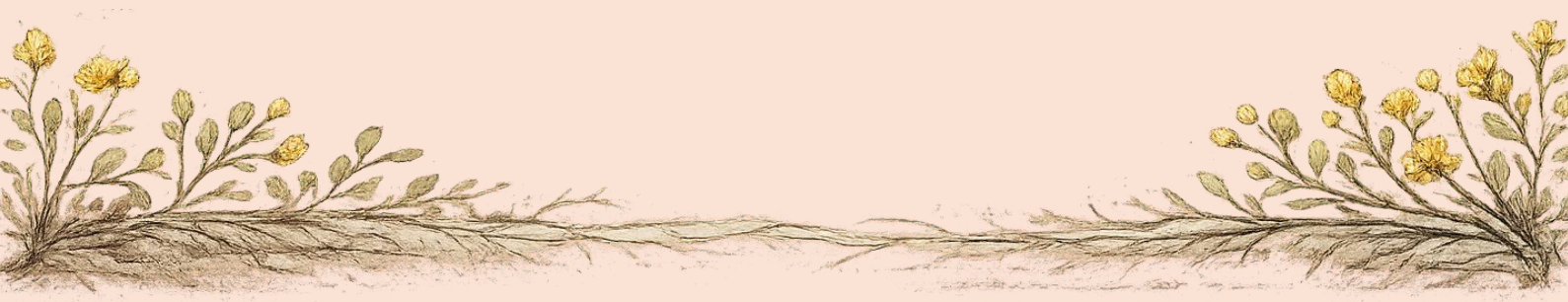
plenos e reuniões ampliadas, comissões, conselhos, grupos de trabalho e trabalho e encontros descentralizados regional e nacional CFESS/CRESS.

Essa participação garantirá e qualificará, por consequência, as representações de assistentes sociais em fóruns, conselhos de direitos e de políticas públicas e sociais, entendendo-os como espaços estratégicos para defesa dos interesses da categoria e uma forma de buscar coerência entre os princípios ético-políticos profissionais e os fundamentos do controle social democrático.

Concordamos com Teixeira (2012) que a democracia para o Serviço Social exige ultrapassar os princípios da democracia representativa burguesa, avançando para a socialização do poder, articulada à socialização da propriedade, da riqueza e das decisões políticas. Essa concepção compreende a participação popular como prática coletiva, organizada e permanente exercida por meio dos sujeitos políticos coletivos, como sindicatos, movimentos sociais, entidades profissionais e instâncias de representação direta da classe trabalhadora. Trata-se de um projeto democrático radical, que reconhece a inseparabilidade entre as dimensões ética, política e econômico-social da democracia. Nessa direção, a participação popular não pode se restringir a interesses corporativos ou fragmentados, devendo avançar para a construção da solidariedade de classe e da unidade na diversidade, conforme fórmula Gramsci.

3. Formação profissional crítica

No âmbito da formação profissional, identifica-se que a crise estrutural do capital tem ocasionado a precarização do ensino mediante o aligeiramento



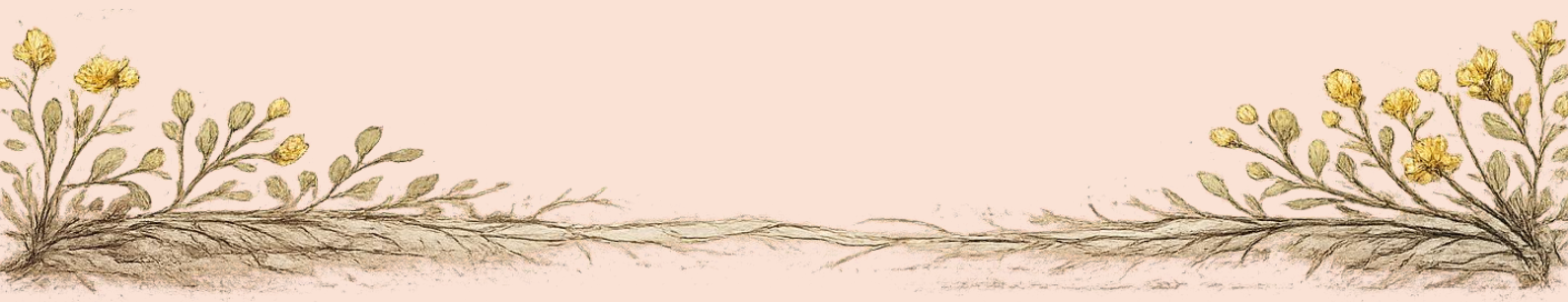
ELEIÇÕES CRESS-GOÍÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)



do processo formativo, a redução do tempo destinado ao estudo da teoria social crítica e a valorização de competências instrumentais dissociadas da análise da totalidade social (Iamamoto, 2014). Nesse sentido, a Chapa 1 reafirma a defesa do ensino de qualidade capaz de articular as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, assim como, reafirma o Método Histórico-Dialético com um expoente fundamental para compreensão e intervenção na realidade.

Nossa Chapa também assume o compromisso em fortalecer o Fórum de Supervisores de Estágio e buscar reaproximar o CRESS-GO das instituições formadoras (Faculdades e universidades públicas e privadas, EaD ou presencial) a fim de fortalecer a presença dos trabalhadores de Comissão de Fiscalização e Orientação nas instituições formadoras com objetivo de orientar estudantes sobre os desafios e possibilidades do estágio curricular obrigatório, reconhecendo esse momento como elementar ao processo de formação. Nesse mesmo horizonte, devemos acompanhar e fortalecer a criação do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Goiás, *campus* Goiânia, como estratégia de ampliação do ensino público, gratuito, presencial e laico no Estado.

Compreendendo ainda, o caráter permanente e continuado da formação, ratificamos a centralidade das estratégias de interiorização e nucleação, por meio dos Núcleos de Base do CRESS (Nuress), como instrumentos político-pedagógicos fundamentais para aproximar a instituição da base profissional, e como isso, fortalecer a mobilização coletiva e garantir a capilaridade do Projeto Ético-Político no território goiano.



ELEIÇÕES CRESS-GOÍÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)

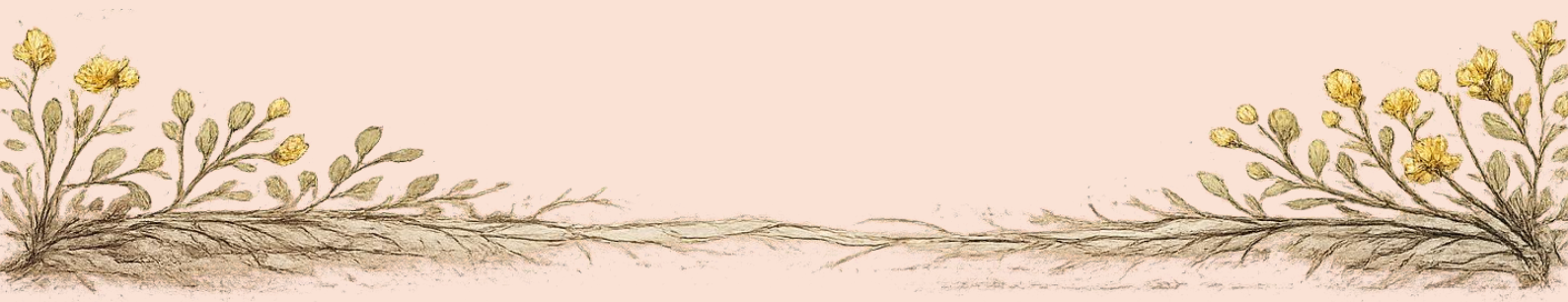


Nossa Chapa se propõe ao compromisso de dar continuidade a realização e difusão do Curso Ética em Movimento, assegurando o acesso democrático, a participação qualificada e o aprimoramento técnico-político da categoria profissional. Por isso, a Retomada do Ato Ético [1] se faz necessário e urgente, pois o compreendemos como um espaço estratégico de afirmação e valorização profissional, de socialização política e de fortalecimento dos vínculos institucionais e das relações orgânicas entre as entidades e os/as assistentes sociais recém-formados.

Também é nosso compromisso garantir a realização da Semana da/do Assistentes Social e do Simpósio Goiano de Serviço Social com a construção de uma programação que esteja atenta e comprometida com as necessidades das/dos assistentes sociais do Estado de Goiás e Fortalecer e divulgar o Grupo de Estudos Café com Marx, como parte da política de Educação Permanente.

4. Fiscalização Profissional

A Fiscalização constitui função precípua do CRESS e deve assumir caráter político-pedagógico, e não meramente um instrumento punitivista, hermético e burocrático. A Chapa 1 propõe-se ampliar as fiscalizações nos espaços profissionais de modo a favorecer a aproximação com a base e o amplo reconhecimento dos desafios postos ao exercício profissional dos/das assistentes sociais. Para tanto, buscaremos Garantir Prioridade Orçamentária à Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), a fim de buscar alterar o quadro de baixo investimento na execução dessa função [2].



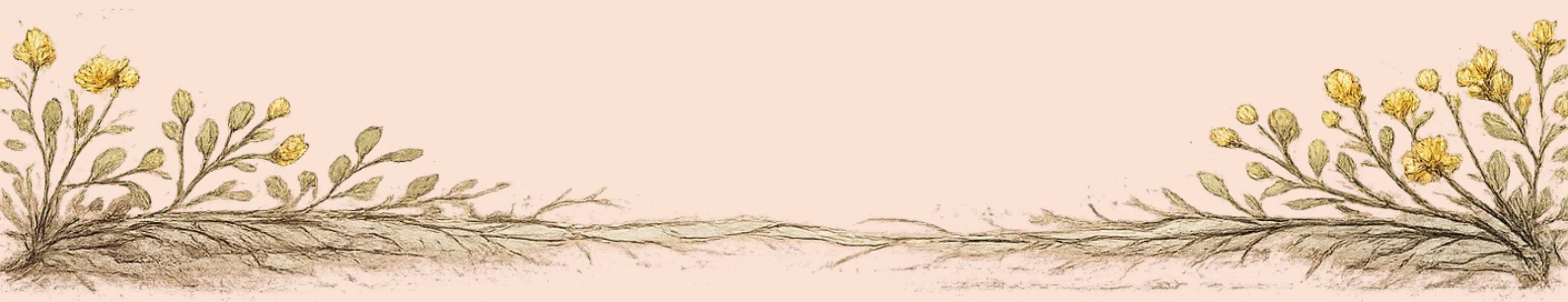


Além da realidade de profissionais da política de Assistência Social já mencionada, observamos também que há um contingente significativo de assistentes sociais que atuam em organizações da sociedade civil vinculadas ao chamado Terceiro Setor. Segundo Ceolin (2010), 7% dos assistentes sociais em Goiânia trabalhavam, à época, em ONG/Filantrópica. Considerando o acelerado processo de terceirização nas ações estatais, suspeitamos que esse contingente tenha se ampliado nos últimos anos. Nesse contexto, relatos recorrentes da categoria permitem evidenciar que tais espaços institucionais são marcados por processos de precarização do trabalho, instabilidade e incerteza contratual, bem como pela intensificação e diversificação das atribuições profissionais, frequentemente extrapolando as competências técnicas específicas do Serviço Social.

Dada essa conjuntura espinhosa, nossa Chapa parte da compreensão de que o trabalho de fiscalização constitui uma arena complexa, atravessada por múltiplas determinações políticas, institucionais e socioeconômicas. Nesse sentido, entendemos que apenas o conhecimento aprofundado e sistemático do contexto goiano concreto - das condições de trabalho, dos vínculos empregatícios, das exigências institucionais e das contradições vivenciadas cotidianamente pela categoria - nos possibilitará construir estratégias e alternativas efetivas para a transformação dessa realidade.

5. Gestão do Trabalho

Tendo em vista a instituição de uma gestão do trabalho alinhada aos princípios e diretrizes da profissão, a Chapa 1 assume o compromisso de



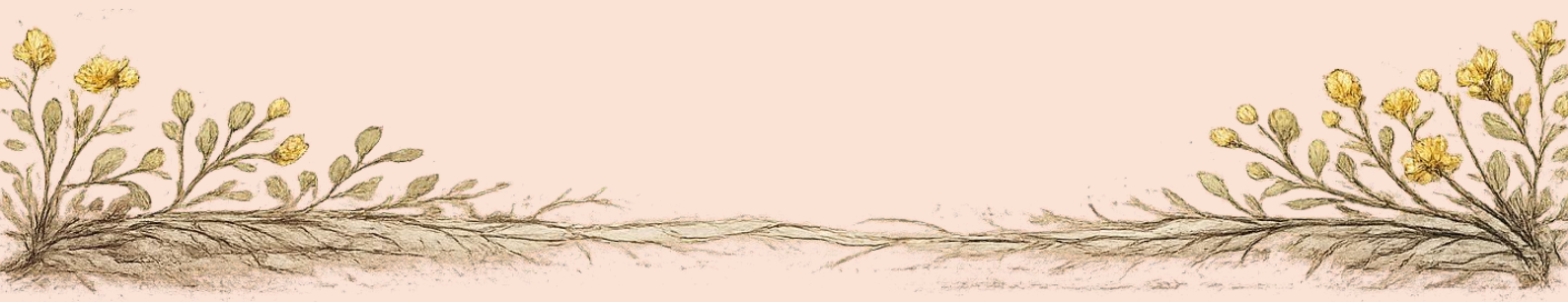


instituir uma **Política Interna de Combate, Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual**, em consonância com as deliberações normativas do conjunto CFESS-CRESS.[3] Com isso, nosso objetivo é coibir toda e qualquer forma de violência institucional e de gestão, e assegurar condições éticas e dignas de trabalho e garantir a proteção integral dos/as trabalhadores/as do CRESS.

6. Gestão Financeira

A Chapa 1 se compromete com uma gestão financeira responsável, transparente e democrática, reforçada por uma comunicação mais direta e constante com a categoria sobre o tema. Nesta direção, consonante com a Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência do conjunto CFESS/CRESS, pretendemos também desenvolver e implementar estratégias técnico-políticas e administrativas inovadoras, orientadas à redução sustentável dos índices de inadimplência no **CRESS-GO, assegurando o equilíbrio financeiro da autarquia, para possível ampliação da capacidade de atendimento das demandas institucionais e dos/das Assistentes Sociais.**

Propomos, ainda, elaborar em conjunto com a assessoria contábil, relatório de prestação de contas, redigidos em **linguagem inclusiva**, não discriminatória e acessível, em conformidade com os princípios de transparência e equidade da Política Nacional de Comunicação.





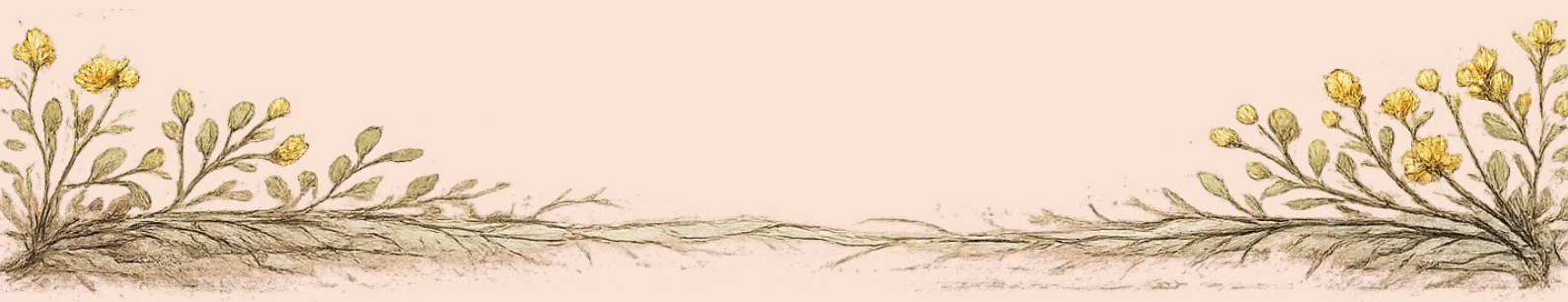
7. Participação

A lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, estabelece que cabe ao conjunto CFESS/CRESS representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais. Para a efetividade dessa atribuição, nossa Chapa atuará para **democratizar e ampliar os mecanismos de participação nos processos decisórios do CRESS/GO, tanto no âmbito interno, quanto nas instâncias externas de deliberação e representação.**

Para isso, irá assegurar internamente a decisão coletiva e transparente, garantindo participação e **voz efetivas aos trabalhadores do CRESS (agentes fiscais, secretários administrativos e assessorias).** Externamente, buscará **fortalecer a perspectiva da colegialidade,** buscando a mobilização da categoria para os temas da agenda política do conjunto CFESS/CRESS por meio do engajamento nas comissões e nos NUCRESS. Para garantir a participação remota com qualidade, nossa gestão pretende ainda modernizar os meios de transmissão.

Outra estratégia de democratização será **instituir, aprimorar e ampliar os mecanismos e práticas de transparência e de acesso às informações relativas à divulgação de instrumentos e documentos normativos, financeiros e orçamentários, assegurando a Lei de Acesso à Informação (LAI) [4].**

Ressaltamos também o interesse em promover a **realização sistemática de consultas públicas junto às/os assistentes sociais do estado de**





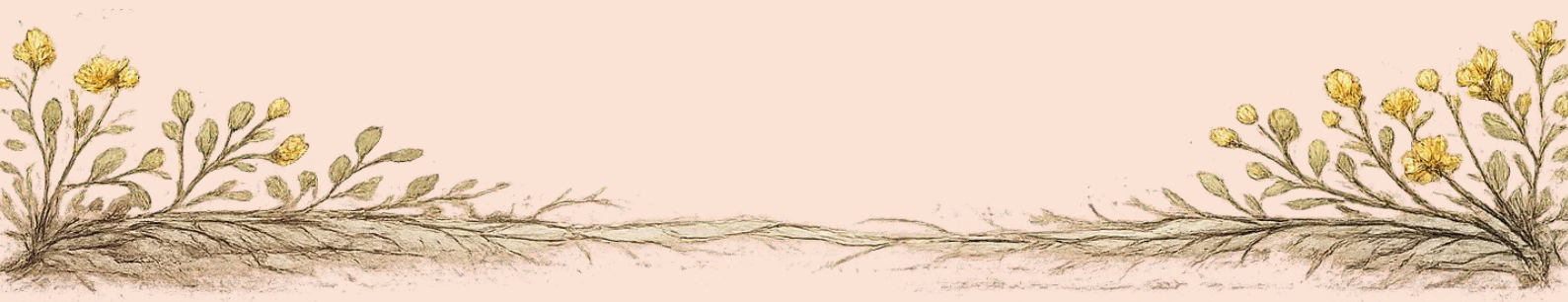
Goiás com a finalidade de subsidiar, de forma qualificada e democrática, os processos decisórios da entidade. Entende-se que a realização de consultas públicas é um importante instrumento estratégico, pois permite que as decisões institucionais sejam fundamentadas nas demandas concretas da base, em suas experiências cotidianas e análises críticas.

8. Lutas da Classe Trabalhadora

A crise estrutural do capital associado a ofensivaneoliberal e ascensão de projetos autoritários e conservadores, bem como a busca por coerência com o nosso projeto ético-político, impõe a necessidade de seja incluindo em nossa agenda demandas macrossociais.

Como o nome da nossa chapa sugere, a questão climático-ambiental constitui uma preocupação central. Como alerta Behring (2025), esta vem sendo marcada por desastres em sequência, como fogo em biomas fundamentais; chuvas torrenciais e secas prolongadas; ameaças virais (coronavírus, por exemplo, que ceifou milhões de vidas). O impacto humano, seja em mortes ou pela radicalização das expressões da questão social, tem sido enorme e desigual nos respectivos territórios. Assim, compreendemos que o socio metabolismo do capital, se mantiver esses patamares de destrutividade, é ecologicamente inviável à vida na Terra.

Ao mencionar a realidade do Cerrado e as incidências sobre populações do campo, nossa Chapa se compromete em **fortalecer políticas sociais e institucionais, movimentos sociais e coletivos organizados que atuam**





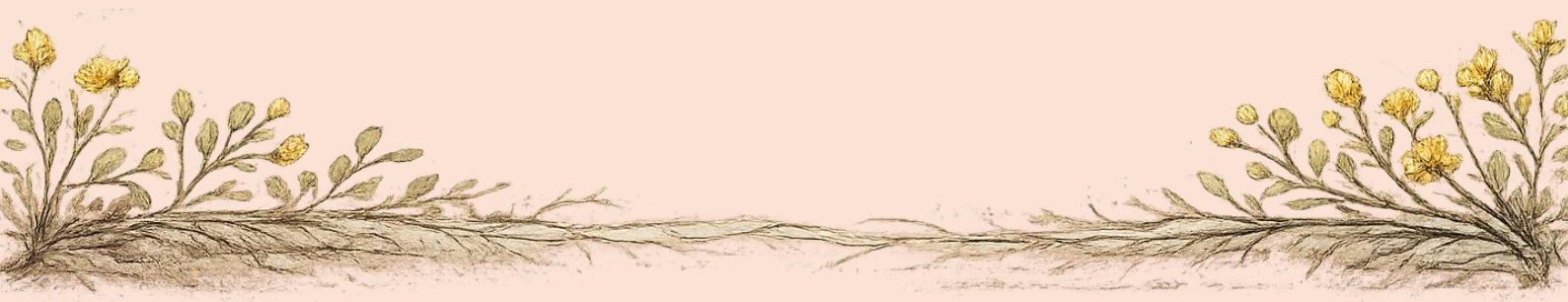
na defesa do cerrado, na garantia dos direitos das populações tradicionais e quilombolas, bem como, na promoção da agricultura familiar, agroecológica e da reforma agrária.

Em contexto urbano e rural identifica-se dinâmicas de segregação socioespacial, que ao delimitar onde e como determinados grupos podem viver, circular e acessar a cidade, atuam como mecanismo de controle social e como um dos principais obstáculos à realização plena da cidadania.

O território é o pertencimento de um povo, e sua ocupação tem perpassado por interesses mercadológicos, e não às necessidades coletivas. Tal dinâmica afasta as populações pobres dos centros urbanos e das áreas valorizadas, restringindo seu acesso à moradia digna, ao transporte público, à educação, à saúde, ao saneamento básico e aos equipamentos culturais e de lazer.

Discutir os desafios colocados pela segregação socioespacial é também afirmar o projeto ético-político da profissão, que defende a universalização dos direitos, a equidade territorial e o fortalecimento da participação popular na construção de cidades mais justas, inclusivas e democráticas.

Desse modo, **apoiar fortalecer e defender, de forma consciente e solidária, as lutas dos movimentos sociais e populares, urbanos e do campo, reconhecendo-os como organizações coletivas fundamentais para a resistência às múltiplas expressões da questão social na defesa dos direitos humanos e territoriais** também constitui uma bandeira de luta da chapa.



ELEIÇÕES CRESS-GOÍÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)

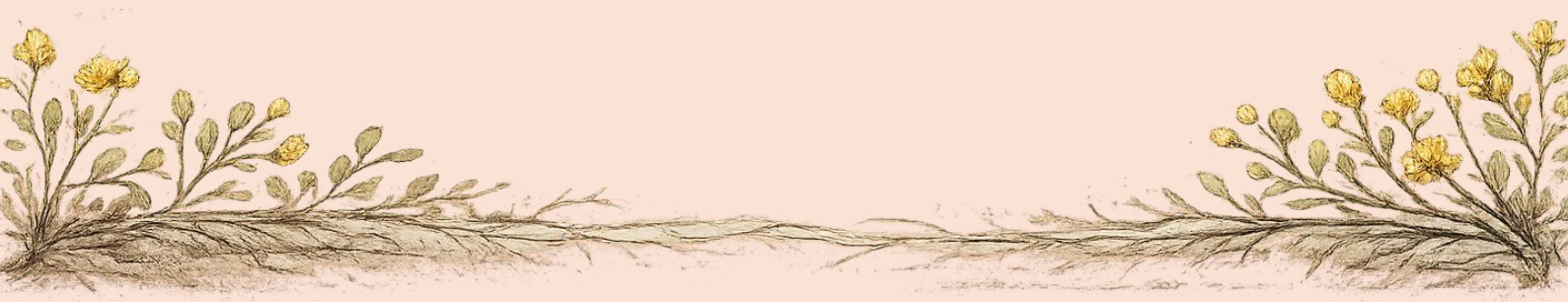


A violência, que é inerente às relações capitalistas de produção, é agudizada nesse cenário de crise e fortalecimento do conservadorismo. A chapa Serviço Social em luta: como o Cerrado, resistimos e florescemos assume o compromisso em compor e **fortalecer a luta pelo combate às diversas formas de opressão e violência, como o racismo, capacitismo, violência de gênero, LGBTQIAPN+fobia, etarismo e tantas outras expressões.**

Uma das iniciativas será **manter e fortalecer os Comitês Antirracista e Anticapacitista, no âmbito das articulações entre o CRESS/GO e a sociedade**, fortalecendo sua atuação na formulação, monitoramento e avaliação de ações voltadas à promoção da equidade, acessibilidade e inclusão.

A chapa também reconhece a necessidade de se manter atento à realidade regional. Segundo o Laboratório de Estudos de Femicídios (LESFEM), de janeiro a outubro de 2025, houve 257 feminicídios tentados e/ou consumados em Goiás. Jornais do Estado divulgaram 60 registros de feminicídios neste mesmo ano. A chapa Serviço Social em luta: como o Cerrado, resistimos e florescemos buscará **fortalecer a luta pela alteração desse cenário alarmante, mediante participação em espaços de discussões em organizações sociais e audiências públicas.**

Por fim, destacamos que a dimensão política constitui dimensão importante do exercício profissional do/da Assistente Social e isso não seria diferente na atuação do Conselho que representa a profissão. Além de compor a agenda de luta, a chapa se compromete a inserir esses debates



ELEIÇÕES CRESS-GOIÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)

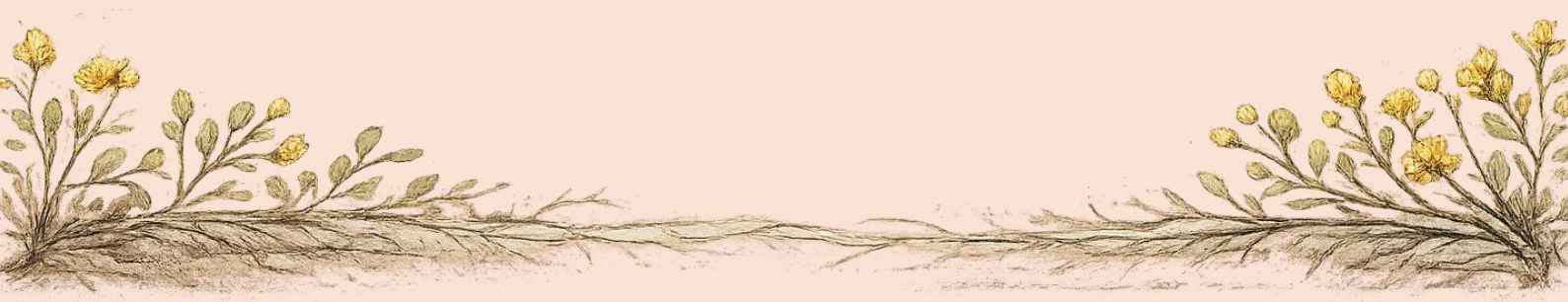


de forma transversal no cotidiano da instituição, por meio das comissões temáticas, da orientação e fiscalização e da proposição de diálogos ampliados com a categoria.

A defesa da democracia, para o Serviço Social, não pode restringir-se à sua dimensão formal. Reafirmamos a **democracia substantiva com radicalidade democrática (CFESS, 2025)**, fundada na ampliação de direitos, na participação popular e na organização coletiva da classe trabalhadora, isso inclui trabalhadores das nossas instâncias representativas (CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO), espaços esses estratégicos de organização, politização e resistência frente às ofensivas autoritárias e neoliberais que restringem direitos e aprofundam as desigualdades sociais.

Conforme destaca Iamamoto (2017), a profissão adquire sentido na dinâmica societária e nas relações de poder que atravessam o Estado e a sociedade. A participação popular não pode se restringir a interesses corporativos ou fragmentados, devendo avançar para a construção da solidariedade de classe e da unidade na diversidade, conforme fórmula Gramsci.

O Projeto Ético-Político profissional expressa essa opção histórica ao afirmar princípios como a liberdade, a justiça social, a equidade, o enfrentamento de todas as formas de opressão e a participação popular. Em tempos de autoritarismo e democracia restrita, o CRESS-GO deve se afirmar como **espaço de participação, resistência, organização e**



ELEIÇÕES CRESS-GOÍÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)



politização, fortalecendo a autonomia profissional e a direção social crítica do exercício profissional.

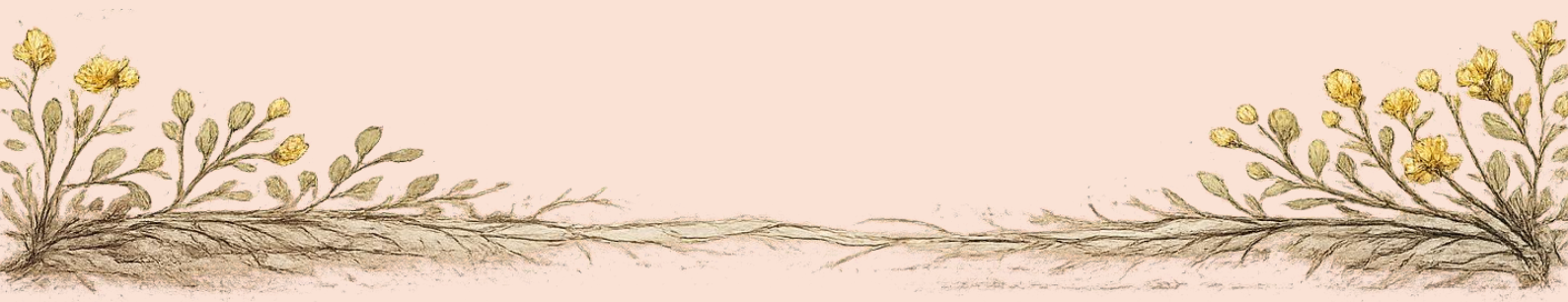
Manifestamos nosso interesse pela participação de cada profissional Assistente Social do Estado de Goiás nessa caminhada. Unidas e unidos, lutaremos, resistiremos e floresceremos.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Capitalismo em crise e projetos para um Brasil em turbulência. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 21, n. 51, p. 28-43, 2023. DOI: 10.12957/rep.2023.72461. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/72461>. Acesso em: 21 dez. 2025.

CEOLIN, George Francisco. **Transformações no mundo do trabalho e suas implicações na profissão do Serviço Social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/2217>. Acesso em: 17 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta**. 52º Encontro Nacional Conjunto CFESS-CRESS. Campo Grande (MS), 2025. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5351/xMHAYla4WRJpPM_qDbagrUV8kbVNuhxB.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.



ELEIÇÕES CRESS-GOIÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)



GOMES, Rui Rocha; VIANNA, Paulo Jackson Bezerra. **Caracterização do perfil dos trabalhadores da Assistência Social em Goiás – 2019**. Informe Técnico IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Ano XI, nº 06, outubro 2021. Disponível em: https://goias.gov.br/imb/wp-content/uploads/sites/29/2024/01/repositorio_2021_028_informes_tecnicos_caracterizacao_do_perfil_dos_trabalhadores_da_assistencia_social_em_goias_2019_2021.pdf. Acesso em: 18 jan. 2026.

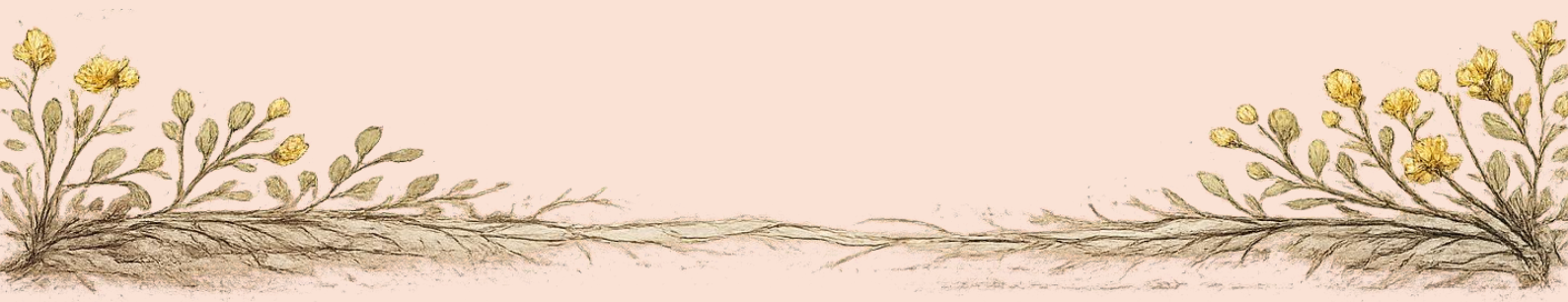
IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014.

MARX, Karl, 1818-1883. **Sobre a questão judaica**. Apresentação [e posfácio] Daniel Bensaid; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaid, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo : Boitempo, 2010.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida**. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Levantamento em Conselhos de Fiscalização Profissional. Portal TCU, 2023/2024. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-realiza-levantamento-em-conselhos-de-fiscalizacao-profissional>. Acesso em: 20.dez. 2025.

[1] O Ato Ético-Político do CRESS é um espaço de diálogo e formação. Envolve palestra sobre a nova etapa da carreira, informações sobre o Código de Ética, a lei de



ELEIÇÕES CRESS-GOIÁS TRIÊNIO 2026-2029
17, 18 e 19 de março de 2026 (ON-LINE)



regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993), exposição sobre o trabalho da Comissão de Fiscalização, além das atribuições dos órgãos representativos da categoria (Conjunto CFESS-CRESS). No entanto, a atual gestão não priorizou a realização desse importante espaço de formação.

[2] Segundo relatório do TCU (2021) apesar do aumento da arrecadação dos conselhos profissionais estaduais e federais, os gastos com fiscalização não ultrapassaram 11%. Em análise realizada do plano orçamentário e balancetes identificamos que, em 2024, o Cress-GO usou apenas 15,2% (R\$51 mil) de sua Receita a realizar com fiscalização.

[3] Ainda segundo o TCU (2021), dos 553 conselhos analisados, 9 tinham uma política interna de política de assédio moral e sexual; 69 deles não tinha nenhuma, e os demais tinha de forma bastante superficial. Ademais, segundo item 6.1 das Deliberações do 52º Encontro CFESS-CRESS Aprimorar o documento de Diretrizes para Gestão do Trabalho no Conjunto Cfess/Cress, na perspectiva de construção da Política Nacional de Gestão do Trabalho, observando, também, as diretrizes, objetivos, e estratégias da Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto Cfess/Cress, *desenvolvendo ações voltadas para o público interno (conselheiras/os, trabalhadoras/es administrativos, agentes fiscais e assessorias), com ênfase na educação para igualdade étnico racial e ações antirracistas e gênero e sexualidades, visando a desmistificação da heterocisnormatividade, etarismo e outros preconceitos, e, ainda realizar estudos sobre modalidades de trabalho no Conjunto Cfess/Cress.* Ainda, segundo as Diretrizes para Gestão do Trabalho do Conjunto CFESS/CRESS, Documento base apresentado e aprovado no 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS (2012), nele incluídos os termos referências reformados por meio das Manifestações Jurídicas nº 6/2012-V e 9/2013-V, objetivando uniformização do entendimento de terminologias utilizadas nesse documento. Entre 96 documentos entre Portarias e Resoluções, não existe nada ainda sobre isso.

[4] Segundo o levantamento do TCU (2021), sobre o ranking de transparência dos portais dos conselhos profissionais de fiscalização, dos 29 portais pesquisados pelo TCU, o sistema do conjunto Cfess/Cress encontra-se em 19º lugar, com 22,11% de transparência.

